

Lula diz a governadores que vai avaliar reposição do ICMS

Lula diz que aceita discutir reposição de perdas do ICMS

Presidente solicita aos governadores uma lista de obras prioritárias e acena com recursos do BNDES como empréstimos

Em encontro no Palácio do Planalto, na sexta-feira, com governa-dores de 26 Estados e do Distrito Federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Executivo federal vai rediscutir com o Congresso a reposição das perdas de arrecadação do Împosto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A questão do ICMS é uma coisa que está na cabeça de vocês desde que foi aprovada pelo Con-gresso Nacional e é uma coisa que vamos ter de discutir. Podemos acertar, dizer que pode ou não po-de, mas não vamos deixar de discutir nenhum assunto com vocês - disse Lula aos líderes estaduais.

O ministro de Relações Institu-cionais, Alexandre Padilha, anunciou que o governo federal irá constituir comissão para acompanhar as discussões sobre o ICMS, sob a liderança do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com a participação dos governadores. De acordo com Padilha, as tra-

tativas sobre o tema continuarão também junto ao Supremo Tribu-nal Federal (STF), onde o assunto já é discutido desde o ano passa-do. Ele destacou que as perdas dos Estados em relação ao ICMS têm afetado recursos para saúde, segurança e educação.

Eleições

Em ano eleitoral, o governo do então presidente Jair Bolsonaro limitou a cobrança do imposto esta-dual sobre combustíveis, energia elétrica, transportes e telecomu-nicações. A medida controlou os preços pagos pelos consumidores, o que garantiu sobrevida eleitoral a Bolsonaro em 2022, mas derrubou a arrecadação dos Estados. O tema do ICMS foi uma das principais pautas do Fórum dos Go-vernadores realizado no Palácio do Buriti, em Brasília.

Ainda na área econômica, Lula indicou que os bancos públicos administrados pelo governo federal devem funcionar como indutores de políticas públicas estaduais. Ele prometeu usar o dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ajudar os Estados a financiar obras públicas de grande porte.

O Banco do Nordeste também foi citado pelo chefe do Executivo federal como possível fonte de empréstimo aos governadores.

O governo Lula pediu a cada um dos 27 governadores que le-vasse para a reunião três projetos de infraestrutura prioritários que podem ser contemplados com recursos federais. Os consórcios regionais também poderão apresentar até três projetos de obras públicas que integrem Estados. Lula pretende ressuscitar o Progra-ma de Aceleração do Crescimento (PAC) e finalizar dezenas de obras públicas inacabadas pelo país.

Diálogo

O presidente ainda prometeu dialogar com todos os governa-dores, independentemente do partido ao qual pertençam ou das posições adotadas durante a corrida eleitoral no ano passado. Ou-tra promessa de Lula foi reabrir a área de diálogo institucional com os prefeitos na Casa Civil, assim como os canais de atendimento às prefeituras nas superintendências da Caixa Econômica Federal.

Na abertura do encontro, Lula disse que o objetivo da reunião era "fazer com que o Brasil volte à normalidade". Esta é a segunda vez em que o petista se reúne com os governadores. O primeiro en-contro entre os líderes estaduais e o presidente ocorreu na noite do dia 9 de janeiro, após o ataque golpista às sedes dos três poderes por apoiadores de Jair Bolsonaro.

Agora, com uma agenda defini-da em torno de parcerias entre a União e os Estados, Lula defendeu a necessidade de "recuperar a de mocracia" e o diálogo institucional com os governadores

Após a reunião, foi divulgada a Carta de Brasília, assinada por todos os governadores e Lula, na qual estabelece a democracia como um valor inegociável e firma compromisso com uma agenda comum para o combate ao de-





Leite detalha pedido de compensações ao RS

samantha.klein@rdgaucha.com.b RBS BRASÍLIA

Na reunião, o governador Edu-ardo Leite reforçou a necessidade de o governo federal adotar medidas para compensar as perdas na arrecadação causadas pela redução do ICMS.

Leis complementares aprovadas pelo Congresso no ano passado determinaram a diminuição das alíquotas do tributo sobre combustíveis, energia elétrica, serviços de comunicação e transporte público. Esses itens passaram a er considerados essenciais, e a alíquota foi limitada a 17%.

A previsão é de que a perda de arrecadação chegue a R\$ 5 bilhões por ano no Rio Grande do Sul. Em acordo entre União, Estados e Supremo Tribunal Federal (STF), no fim de 2022, ficou acertado que cabe ao governo federal enviar para o Congresso modificações aos textos que definiram teto para as alíquotas.

Leite ressaltou que outra grande fonte de perda em arrecadação é o ponto da legislação que veda a cobrança de ICMS pela geração e transmissão da energia elétrica.

Tem portaria do (antigo) Ministério da Economia acerca da compensação das perdas do ano passado. É importante que seja operada imediatamente. É importante que sejam discutidas as perdas com a Tust (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica) e a Tusd (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição), uma arrecadação que de uma hora para outra foi perdida. Assim como a essencialidade do combustível, não me parece razoável - disse

A portaria, editada em 2022, mantém o entendimento de que o impacto da redução do imposto deve ser apurado mensalmente. A União deve compensar os Estados neste ano se houver perdas de arrecadação acima de 5%.

Outra fonte de preocupação de Leite é o julgamento no STF envolvendo a cobrança do diferen-cial de alíquota (Difal) do ICMS entre o Estado de origem da mercadoria e o Estado de destino. A pedido de governadores, a Corte suspendeu a análise virtual. O tema vai ao plenário físico em abril.

As reivindicações

LISTA DE OBRAS FEDERAIS

- ENTREGUE POR LEITE A LULA Ampliação da BR-448 de Sapucaia do Sul a Portão, na Grande Porto Alegre
- entre Guaíba e Pelotas
- Duplicação do acesso ao porto de Rio Grande na BR-392, assim como a execução da ponte que liga Rio Grande a São José do Norte
- Duplicação da BR-290 e conclusão das obras da nova ponte sobre o Guaíba melhorando a ligação entre Região Metropolitana, Fronteira Oeste e Argentina.
- Requalificações de acesso visando a integração do Brasil e o Mercosu via Rio Grande do Sul, como as pontes Porto Xavier-San Javier (Argentina) e Jaguarão-Rio Branco (Uruguai), Uruguaiana-Paso de Los Libres (Argentina)
- Dragagem da hidrovia da Lagoa Mirim, entre Brasil e Uruguai, e a viabilização do gasoduto entre Vaca Muerta (Argentina) e Porto Alegre.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS